

CINE EDH: O CINEMA PROJETANDO FORMAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

EMINA MÁRCIA NERY DOS SANTOS¹

RESUMO:

O objetivo inicial do projeto Cine EDH: Educando em direitos humanos consistiu em discutir a temática da educação em Direitos Humanos fazendo uso de filmes curtas e longas-metragens. Contou com duas edições, ocorridas nos anos de 2015 e 2016, quando foram exibidos e debatidos 11 filmes, cujos enredos tematizam questões relacionadas aos Direitos Humanos. Visando à integração das três dimensões da vida acadêmica - o ensino, pesquisa e extensão - o projeto foi composto por pesquisas prévias para subsidiar os debates suscitados pelos filmes exibidos. Além disso, o projeto firmou parcerias com duas entidades da sociedade civil organizada (IPEL e Rede Jovens + Pará) possibilitando que a metodologia abordada pudesse ser replicada pelos integrantes de tais entidades, resultando na sustentabilidade do projeto, na medida em que buscou garantir a expansão dos espaços de discussão acerca dos direitos humanos não apenas na Universidade. Dentre os temas debatidos que foram suscitados pelos filmes, destacam-se, entre outros: preconceito, meios de comunicação e os direitos humanos. O uso do cinema como ferramenta pedagógica propiciou abordagens metodológicas de tais tópicos junto a um público que totalizou 297 participantes/espectadores, firmando o Cine EDH como um espaço de debates e troca de experiências sobre o tema.

palavras-chave: Extensão Universitária. Educação em Direitos Humanos. Cinema.

ABSTRACT:

The initial objective of the Cine EDH: Educating in human rights project consisted in discussing the theme of human rights education making use of short films and feature films. It had two editions, which took place in 2015 and 2016, when 11 films were screened and debated, the plot of which thematizes issues related to Human Rights. Aiming at integrating the three dimensions of academic life - teaching, research and extension - the project was composed of previous research to subsidize the debates raised by the films shown. In addition, the project established partnerships with two organized civil society entities (IPEL and Rede Jovens + Pará), enabling the methodology to be replicated by the members of these entities, resulting in the project's sustainability, insofar as it sought to ensure the expansion of discussions about human rights not only at the University. Among the themes debated that were raised by the films, we highlight, among others: prejudice, media and human rights. The use of cinema as a pedagogical tool provided methodological approaches to such topics together with a total audience of 297 participants / spectators, establishing the Cine EDH as a space for debates and exchange of experiences on the subject.

key-words: University Extension. Education in Human Rights. Movie theater.

¹ Professora Titular da Universidade Federal do Pará associada ao Programa de Pós-graduação em Currículo e gestão da Escola Básica (PPEB). Líder do Grupo de Estudos em Educação em Direitos Humanos (GEEDH). E-mail: emina@ufpa.br

INTRODUÇÃO

O objetivo inicial do projeto Cine EDH: Educando em Direitos Humanos consistiu em discutir, a partir do cinema, a temática da educação em Direitos Humanos e surgiu em decorrência de demandas existentes no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

A constatação da necessidade de se abordar de forma mais sistemática a temática dos Direitos Humanos no curso de Pedagogia surgiu a partir das análises dos resultados de uma pesquisa anterior de investigação acerca do modo como a temática se fazia presente no projeto Pedagógico de Curso (PPC) do referido curso e nas atividades curriculares de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas. Para tal, a pesquisa teve como referência o período que sucede ao ano de 2012, data que marca a regulamentação da obrigatoriedade do ensino da educação em Direitos Humanos por meio da Resolução número 001, referente às Diretrizes Curriculares de Educação em Direitos Humanos. Além disso, a pesquisa analisou se o referido PPC, em seu processo de avaliação e monitoramento, atualizou e/ou inseriu a temática da Educação em Direitos Humanos a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais de EDH.

AS MOTIVAÇÕES PARA A CRIAÇÃO DO CINE EDH: A PESQUISA NO PPC DE UM CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPA

Após a execução da pesquisa e das análises qualitativas de seus dados, foi possível abordar de que forma a educação em Direitos Humanos foi debatida em sala de aula e em projetos de pesquisa e extensão num curso de Pedagogia, esferas acadêmicas nas quais se detectou que essa temática era e continua sendo tratada de maneira insuficiente no Projeto Pedagógico de Curso.

Como exemplo, destaca-se o fato de haver no curso analisado, à época da pesquisa, um total de 29 (vinte e nove) projetos de pesquisas, dos quais existiam apenas 6 (seis) abordando a educação em Direitos Humanos em seu eixo transversal; os outros 23 (vinte e três) projetos de pesquisa não discutindo essa temática, o que consideramos um agravante, visto que os resultados das pesquisas em geral são publicados e assim não há a disseminação dos debates sobre a temática resultantes das pesquisas no Instituto onde o curso era ofertado.

No que se refere aos projetos de extensão, dos 7 (sete) projetos desenvolvidos no curso, apenas 1 (um) abordava a temática em seu eixo condutor, havendo 2 (dois) que a abordavam no eixo transversal e 4 (quatro) que não a abordavam.

Há um aumento no debate da temática quando comparamos com os projetos de pesquisa do mesmo curso, mas ainda é escassa a discussão. Nesse sentido, o projeto Cine EDH: Educando em direitos humanos foi, portanto, o único projeto extensionista que teve a educação em Direitos Humanos como eixo condutor. Dos 2 (dois) projetos integrados de pesquisa e extensão, apenas 1 (um) abordava a temática, em seu eixo transversal. Por fim, conta-se ainda 1 (um) projeto integrado de ensino, pesquisa e extensão que não abordava a temática.

Além disso, deve-se salientar que, no ensino, a temática da educação em Direitos Humanos restringe-se à oferta de apenas uma disciplina eletiva que o aborda, “Estado, Sociedade e Educação em Direitos Humanos”. Fato digno de nota, afinal, num curso que visa à formação de educadores, constituindo-se como imprescindível o ensino e a abordagem que fundamentem ações pedagógicas consonantes com as recentes conquistas no campo social, ações essas que tenham como público não apenas os estudantes de Pedagogia, mas também estudantes de outros cursos de licenciatura ou bacharelado, estudantes secundaristas e participantes de movimentos sociais.

Observa-se, portanto, um descompasso entre a grade curricular do curso de graduação em Pedagogia e os projetos de pesquisa e extensão executados pelos professores do curso, fato que rompe a articulação necessária à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, consolidados em diversos marcos normativos, com destaque às Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH, de 2009. Este último, na seção dedicada à educação de nível superior, determina que

[...] no ensino, a educação em direitos humanos pode ser incluída por meio de diferentes modalidades, tais como, disciplinas obrigatórias e optativas, linhas de pesquisa e áreas de concentração, transversalização no projeto político-pedagógica, entre outros (BRASIL, 2009, p. 38).

Além disso, por objetivar a formação de educadores, o curso de Pedagogia deveria atuar adequadamente visando à 8ª ação programática sugerida pelo PNEDH:

Contribuir para a difusão de uma cultura de direitos humanos, com atenção para a educação básica e a educação não-formal nas suas diferentes modalidades, bem como formar agentes públicos nessa perspectiva, envolvendo discentes e docentes da graduação e da pós-graduação (BRASIL, 2009, p. 40).

A justificativa de implementação da temática no curso de Pedagogia se dá porque é fato incontroverso que os Direitos Humanos constituem temática recorrente nos grandes debates da atualidade em todo o mundo. Isto ocorre devido ao fato de que esses direitos

continuam sendo desrespeitados de diversas formas, em diferentes lugares e por diferentes atores sociais em espaços educativos e não educativos.

Nesse processo, a educação vem sendo entendida como uma das mediações fundamentais tanto para a compreensão de todo o legado histórico dos Direitos Humanos e, portanto, potencializadora da formação de sujeitos sócio-históricos de direitos e de responsabilidades, quanto para o entendimento de que a cultura dos Direitos Humanos constitui eixo estruturante capaz de dimensionar mentalidades capazes de realizarem a tão almejada transformação social (BRASIL, 2011, p. 03).

Neste contexto, pretendíamos desenvolver uma atividade acadêmica sistematizada em Educação em Direitos Humanos em uma instituição de educação superior pública do Brasil, colaborando com a promoção, difusão e fortalecimento:

Da formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Portanto, a formação desta cultura significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados – os quais devem se transformar em práticas (BENEVIDES, 2000, s/p).

Referida inserção se deu inicialmente pela criação de um grupo de pesquisa na temática que o Grupo de Estudos em Educação em Direitos Humanos (GEEDH) coordenador pela autora deste texto, grupo que gerou uma proposta de inserção curricular da área por meio de um núcleo eletivo temático denominado “Educação em Direitos Humanos” no currículo do curso de Pedagogia da UFPA.

Criamos, desta feita um Grupo de Estudos e pesquisas sobre a temática em Educação em Direitos Humanos, que se consolidou como um coletivo de docentes, discentes, pesquisadores assistentes, colaboradores e voluntários, interessados em discutir a temática dos processos educativos a partir da consolidação de uma cultura que valorize os direitos humanos e fizemos isso a partir de ações semanais de estudos.

Com isso, o GEEDH tornou-se a instância responsável por desenvolver atividades curriculares voltadas à formação em Educação em Direitos Humanos, resguardando como objetivo o fortalecimento de processos formativos baseados na cultura de Direitos Humanos, em especial nos sistemas educacionais de diferentes níveis e modalidades por meio da ação indissociável do ensino com a pesquisa e a extensão universitárias.

Sua premissa fundamental baseava-se na necessidade inadiável de subsidiar e capacitar estudantes de Pedagogia a atuarem em seus locais de moradia e trabalho como

agentes de promoção da dignidade humana e defensores intransigentes dos direitos das pessoas. A Declaração de Viena (1993) priorizou a importância da educação em direitos humanos no contexto da educação formal e não formal, e fomentou uma preocupação mundial com a afirmação dos direitos humanos e a luta pela sua efetivação, pois é um projeto que visa à paz.

Importa ressaltar que cerca de um ano depois da aprovação do novo Projeto Pedagógico, foram promulgadas pelo Ministério da Educação, por via do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, documento que estabelece a obrigatoriedade da oferta temática como obrigatória em todos os cursos de formação inicial de professores. Nem mesmo com esse imperativo obtivemos sucesso de revisão do Projeto Pedagógico. Com isso, a temática atualmente está presente no curso como uma disciplina eletiva de 68 horas denominada: Estado, Sociedade e Educação em Direitos Humanos.

A Experiência do Núcleo Eletivo na referida instituição foi bastante proveitosa para chamar a atenção dos estudantes sobre o tema, com especial atenção para a concepção da escola como espaço de proteção de direitos. Neste sentido, a elaboração de trabalhos de conclusão de curso e a participação voluntária de estudantes em nossas ações de extensão foram produtos derivados da produção acadêmica. Como obstáculo, podemos citar o fato de que no curso, espaço de atuação do núcleo, não conseguimos ofertar todas as atividades curriculares previstas, fato que impediu que os alunos cursassem por completo a sequência planejada.

O PROJETO CINE EDH

Nesse sentido, o projeto CINE EDH: Educando em direitos humanos foi concebido pautando-se pela possibilidade pedagógica de integração das três dimensões da vida acadêmica na medida em que, enquanto projeto de extensão, promoveram-se pesquisas de modo a subsidiar os debates subsequentes aos filmes que exibimos; quanto ao ensino, o próprio debate cumpriu a tarefa de suscitar nos participantes novas concepções e ideias, trazendo à baila aspectos que, mesmo vivenciados cotidianamente, acabam não sendo tratados de maneira crítico-analítica pelos indivíduos.

Desse modo, o projeto foi desenvolvido em conformidade com a definição de extensão presente no documento final produzido no “I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das

Universidades Públicas Brasileiras”, em 1987, o qual define a extensão universitária como sendo

[...] o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico (NOGUEIRA, 2000, p. 11).

Pela definição citada, a prática extensionista deve articular as dimensões educativa, cultural e científica ao seu objetivo de partilhar os conhecimentos produzidos na própria academia com a sociedade. Considerando que o público visado pela extensão não é necessariamente constituído apenas por discentes universitários, pesquisadores e/ou docentes, faz-se necessária uma “adaptação” capaz de dinamizar o próprio método didático-pedagógico quando do ensino extensionista. Não se trata de tornar mais pragmático o conteúdo a ser ensinado e discutido, mas sim de possibilitar, pela própria dinâmica do projeto de extensão – o qual deve ter suas ações planejadas antes que as mesmas sejam efetivadas –, formas de abordagem do conteúdo que fujam do convencional, representado inovação pedagógica.

O PNEDH também destaca a inclusão da Educação em Direitos Humanos no âmbito da extensão universitária, de modo a enfatizar

o compromisso das universidades públicas com a promoção dos direitos humanos. A inserção desse tema em programas e projetos de extensão pode envolver atividades de capacitação, assessoria e realização de eventos, entre outras, articuladas com as áreas de ensino e pesquisa, contemplando temas diversos (BRASIL, 2009, p. 38).

Coube ao Grupo de pesquisa desenvolver o projeto Cine EDH: Educando em direitos humanos, ampliando seu campo de atuação em que se destacam ações de cunho educacional e informativo. É necessário destacar que toda a produção do Grupo foca a educação em Direitos Humanos em consonância com a realidade de uma região historicamente preterida, no nosso caso a Amazônia, cujas necessidades primárias no que tange ao campo político – melhorias na educação, saúde, moradia – dão lugar aos interesses corporativos baseados no lucro gerado pela exploração destrutiva dos bens naturais, oprimindo sua população.

Dessa forma, acreditamos que a compreensão e propagação da temática dos Direitos Humanos é uma tarefa imprescindível para o século XXI, ainda mais levando em conta nossa realidade social. Inclusive, como forma de orientar os cidadãos quanto aos procedimentos a serem tomados em caso de haver descumprimento das normas propostas em vários

documentos legais/oficiais, como, por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que, mesmo tendo sido formulada pela Organização das Nações Unidas e sendo adotada pelos vários países que dela fazem parte, tem muitos de seus artigos constantemente desrespeitados.

Consideramos também necessária a participação das universidades como focos irradiadores de ensinamentos e práticas afirmativas contrárias à concepção mantenedora do *status quo* da sociedade brasileira, em que prevalece a desigualdade, o desrespeito às minorias e a privilégio direcionado às elites econômicas.

As universidades públicas brasileiras podem agir criticamente frente a essa realidade respondendo “a esse cenário, contribuindo não só com a sua capacidade crítica, mas também com uma postura democratizante e emancipadora que sirva de parâmetro para toda a sociedade” (BRASIL, 2009, p. 37).

MÉTODO

Elegemos o cinema como ferramenta pedagógica por se tratar de um bem simbólico, dotado de conteúdo e mensagem, além do interesse que desperta no público. Nesse sentido, concordamos com Duarte (2002, p. 17) quando afirma que “ver filmes, é uma prática social tão importante, do ponto de vista da formação cultural educacional das pessoas, quanto a leitura de obras literárias, filosóficas, sociológicas e tantas mais”.

Ademais, destacamos o papel pedagógico do cinema quando consideramos a interação existente entre filme e espectador para a produção de “saberes, identidades, crenças e visões de mundo de um grande contingente de atores sociais” (DUARTE, 2002, p.19).

Os objetivos gerais do PNEDH elencam uma série de procedimentos que visam dar visibilidade às políticas de educação em Direitos Humanos, propagando-as:

- g) avançar nas ações e propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNEDH) no que se refere às questões da educação em direitos humanos; h) **orientar políticas educacionais direcionadas para a constituição de uma cultura de direitos humanos**; i) estabelecer objetivos, diretrizes e linhas de ações para **elaboração de programas e projetos na área da educação em direitos humanos**; j) estimular a **reflexão, o estudo e a pesquisa voltados para a educação em direitos humanos** (BRASIL, 2009, p. 26-27). (grifo nosso)

Cabe destacar, portanto, o planejamento do projeto CINE EDH ao elaborar, metodologicamente, conteúdo para discussão a partir dos filmes selecionados, almejando avaliar de que modo os Direitos Humanos são apresentados em momentos de violação e

desrespeito aos mesmos. Quando o PNEDH destaca a “elaboração de programas e projetos na área de educação em direitos humanos” (BRASIL, 2009, p. 27), evidencia-se, entre outros fatores, a necessária formulação de modos de trabalhar os conteúdos acerca dos Direitos Humanos junto ao público dos programas e projetos.

O cinema utilizado como ferramenta pedagógica com a finalidade educativa apresenta a vantagem de suscitar o conhecimento de fatos – que podem ou não ter sido vivenciados de modo semelhante pelo espectador –, a reflexão analítica sobre estes fatos e a compreensão de que, num mundo de políticas e atos discriminatórios praticados cotidianamente, é fundamental ao indivíduo assumir posicionamentos que tenham por objetivo a supressão de preconceitos, tiranias e intolerâncias.

É necessário frisar que o CINE EDH, enquanto projeto desenvolvido com apoio da política extensionista da universidade onde o curso estava ligado, apresentando, portanto, viés acadêmico, desenvolveu suas ações objetivando ultrapassar a formação acadêmica *stricto sensu*, posto que, além de promover a educação em Direitos Humanos junto a alunos do curso de Pedagogia da instituição, o projeto alcançou também indivíduos da sociedade, possibilitando por vezes o primeiro contato que pode vir a lhes habilitar como agentes da difusão da temática dos Direitos Humanos em seus círculos sociais.

Creemos que os conteúdos abordados nos filme exibidos serviram a contento para a discussão dos Direitos Humanos através da extensão universitária por concordarmos com a afirmação de que a mesma é

uma forma de interação que deve existir entre a universidade e a comunidade na qual ela está inserida, uma espécie de ponte permanente entre a universidade e os diversos setores da sociedade. Funciona como uma via de duas mãos em que a universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade e recebe dela influxos positivos em forma de retroalimentação, tais como suas reais necessidades, anseios e aspirações (NUNES; SILVA, 2011, p. 120).

Também no Plano Nacional de Extensão Universitária, ao se abordar a formação dos profissionais cidadãos, destacando-se aspectos necessários para a efetivação da mesma, é possível verificar a importância do papel desempenhado pela extensão universitária na promoção da relação entre Universidade (ensino e pesquisa) e as necessidades de grupos populacionais, numa ação de duplo resultado, já que permite a melhor formação profissional dos indivíduos e, concomitantemente, o reconhecimento, por parte da sociedade, da

instituição universitária como uma produtora de conhecimentos necessários para que desigualdades sociais sejam superadas (NOGUEIRA, 2000).

É precisamente este contexto de reconhecimento e troca das duas esferas sociais - acadêmica e comunidade - que é propiciado pelo modelo extensionista. No que se refere à educação em Direitos Humanos, a extensão, ultrapassando os muros da universidade, apresenta-se aos educadores como uma formação que

[tenha] como elemento constituinte uma natureza dinâmica, que considere tanto os conteúdos curriculares disciplinares, quanto aqueles inúmeros conteúdos necessários à construção do ser, do saber e do fazer do professor ou professora, que se volte para a promoção de processos emancipatórios comprometidos com a ruptura de determinados modelos de sociedade e de educação excludente mediante os quais muitos grupos sociais foram historicamente alijados da produção e da apropriação dos bens materiais e culturais (DIAS, 2010 apud POZZER, 2012, p. 4).

Ao longo do projeto foram exibidos onze filmes. Antecedendo a cada uma das sessões de exibição, foram discutidos determinados temas geradores relacionados aos Direitos Humanos que poderiam ser abordados a partir dos enredos dos filmes em questão. Cada sessão foi precedida de sessão de estudos entre a equipe e voluntários do Grupo de pesquisa.

A primeira sessão consistiu numa análise do tema preconceito social, tendo como objeto o curta-metragem “Requília” [sic]. Dirigido por Renata Diniz, o filme aborda a relação entre um garoto e um morador de rua. O processo de humanização do morador de rua e a discriminação mostrados no curta foram os elementos motrizes da exposição, que apresentou e debateu com os participantes três conceitos sociológicos - estranho, preconceito e discriminação – e a forma como se dá a manifestação dos mesmos na sociedade.

A segunda sessão contou com a parceria do Instituto Popular Eduardo Lauande (IPEL) e o debate baseou-se no curta-metragem “Televisão e Direitos Humanos”, dirigido por Bernardo Brant, que aborda o processo de concessão de frequências utilizadas pelas redes televisivas (ressalte-se que as concessões são temporárias, pois se trata de um serviço público), destacando a concentração do poder midiático por alguns grupos, além das possíveis deturpações de informação que podem ser realizadas graças à edição da informação e consequentemente as informações podem sofrer influências quando repassados ao público em geral.

A discussão a respeito da relação entre os meios de comunicação e os Direitos Humanos é algo que deve ser frequentemente observado e faz-se necessária, pois “o lugar da TV, ou melhor, a TV como lugar, nada mais é que o novo espaço público, ou uma esfera pública expandida” (BUCCI, 2004, p. 31).

Na terceira sessão, exibiu-se o longa-metragem “Vozes Inocentes”, de Luis Mandoki. O filme relata as experiências vivenciadas pelo roteirista Óscar Torres quando criança, durante a Guerra Civil ocorrida em El Salvador na década de 1980. O protagonista Chava tem 11 anos quando, por conta da Guerra, o exército de El Salvador determina que todos os garotos a partir de 12 anos devam ser recrutados para a vida militar como forma de combater a guerrilha instaurada na região.

A ideia desse longa-metragem para subsidiar o debate partiu de dois artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos que determinam que não se deve submeter ninguém à tortura, tampouco prender, deter ou exilar arbitrariamente indivíduos (ONU, 1948).

Na quarta sessão, exibiu-se o longa “O Pequeno Anjo da Colômbia”, numa nova parceria com o IPEL. A sessão discutiu o tema do protagonismo juvenil, pelo fato do filme narrar a história do então pré-adolescente Albeiro Vargas, o qual, em sua cidade Bucaramanga, na Colômbia, promovia a assistência a vários idosos incapacitados.

A quinta sessão, realizada em parceria com a Rede Jovens + Pará, teve como proposta a questão da abordagem do tema da soropositividade na adolescência. A exibição do curta “O Pacote”, dirigido por Rafael Aidar, propiciou reflexões relativas ao acesso à saúde pública, o preconceito sofrido por soropositivos e a manutenção das relações sociais após a descoberta da soropositividade onde os sujeitos que fazem essa descoberta passam por diversas mudanças em suas vidas pessoais e profissionais.

A sexta consistiu na exibição do curta “Novembrada”, dirigido por Eduardo Paredes, e ocorreu no âmbito de uma jornada de extensão na universidade de vinculação do curso que acontece anualmente como forma de envolver e apresentar os resultados dos trabalhos dos bolsistas da graduação que desenvolveram durante um ano ações em projetos de extensão.

O filme dessa sexta sessão instigou o debate acerca do desprezo imposto aos Direitos Humanos pelos governos ditatoriais. Embora o curta se detenha num momento bem específico da história – a visita de João Figueiredo a Florianópolis, e os protestos, por parte da população, contrários à Ditadura –, foi possível aos expositores presentes tratar de diversos aspectos representados por essa nefasta forma de governo. Com público majoritariamente constituído por alunos da rede pública estadual de ensino, esta sessão ocorreu no Cinema Olympia.

Na sétima sessão, que marcou o início da edição 2016 do CINE EDH: educando em direitos humanos, exibiram-se quatro curtas visando à escolha de dois deles para sessões futuras. Nesta ocasião, foram exibidos e debatidos “O Cadeado”, dirigido por Leon Sampaio,

que narra o primeiro dia de aula em uma escola no sertão da Bahia; os tópicos debatidos foram o direito à educação, educação inclusiva e educação no campo. “Olho de Boi”, dirigido por Diego Lisboa, narra alguns dos acontecimentos na vida do garoto Junca, morador da periferia que vive num lar em que o machismo e o comportamento autoritário do pai se fazem presentes; o debate suscitou temas da fé e do preconceito. “Vestido de Laerte”, dirigido por Claudia Priscilla e Pedro Marques, aborda, numa narrativa fantasiosa, as questões da transgeneridade e da identidade. “A fábrica”, dirigido por Aly Muritiba, narra de forma impactante uma ação que objetiva a entrada de um telefone celular num presídio, possibilitando discussões sobre preconceito e ressocialização de indivíduos privados de liberdade.

Na oitava sessão, exibiu-se novamente “O Cadeado”, dirigido por Leon Sampaio. Ampliando os temas debatidos quando de sua primeira exibição, o debate abordou a Educação como Direito, Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Escola como Rede de Proteção Social e Educação Inclusiva, tendo como fonte os artigos 22 a 28 da LDB e Diretrizes Curriculares Nacionais, que tratam da Educação Básica.

Os artigos 37 e 38 da LDB, que tratam da Educação de Jovens e Adultos; o chamado Sistema de Garantia de Direitos estabelecido no ECA, considerado marco de referência no estabelecimento de escolas como espaços participativos da rede de proteção social; os artigos 58, 59 e 60 da LDB, além do artigo 29 das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Básica, todos eles acerca da Educação Inclusiva.

Na nona sessão, houve exibição e debate sobre o longa-metragem “Que horas ela volta?”, dirigido por Anna Muylaert, filme que ganhou destaque nacional e internacional por abordar o preconceito entre classes sociais decorrente do conflito originado pela chegada de Jéssica à casa em que sua mãe, Val, exerce a profissão de empregada doméstica. O longa possibilitou discussões acerca não apenas dos papéis representados pelos personagens, mas também sobre os projetos sociais ocorridos nos governos Lula e Dilma.

A décima sessão do CINE EDH ocorreu no âmbito do evento “I Encontro Paraense de Remição de Pena pela Leitura”. O curta exibido foi “A Fábrica”, de Aly Muritiba, que aborda a realidade de um detento que deseja parabenizar sua filha no dia de seu aniversário. O principal tema norteador do debate foi a importância da educação em Direitos Humanos para a sociedade como um todo, principalmente ao se considerar o processo opressivo imposto pelo poder hegemônico, o que não permite que os Direitos Humanos sejam aplicados integralmente a cada indivíduo, incluindo aqueles privados de liberdade.

As dez sessões de exibição e debate do CINE EDH totalizaram 297 participantes/espectadores. Os debates após a exibição dos filmes fomentaram reflexões que visavam à “construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos na relação com os movimentos e entidades sociais, além de grupos em situação de exclusão ou discriminação” (PLANO, 2009, p. 39).

A parceria com o IPEL e a Rede Jovens + Pará provou ser frutífera, propiciando o contato entre a Universidade e entidades da sociedade civil, o que é uma das orientações dos projetos de extensão propor parcerias com sujeitos que não frequentam enquanto estudantes e/ou docentes a universidade.

Por ser um projeto responsável pela abordagem de alguns temas dos Direitos Humanos a partir de narrativas cinematográficas, buscou-se aliar, às demandas das entidades citadas, o interesse temático suscitado pelos filmes que foram escolhidos para as sessões do CINE EDH até porque os sujeitos das sessões tiveram a oportunidade de escolher os filmes.

Na maioria das sessões, foi possível perceber que muitos dos espectadores, alguns deles pertencentes a grupos sociais, sentiam-se atraídos pelo fato de haver um espaço dedicado ao debate acerca dos Direitos Humanos e poderiam expor suas experiências e fazer relações entre a educação debatida no curso de Pedagogia e a questão dos direitos Humanos que pouco até então era debatida na instituição e o projeto de extensão teve esse diferencial em foco de análise.

RESULTADOS

Originalmente, prevíamos no projeto parcerias com escolas da educação básica próximas à Universidade Federal do Pará. Embora não tenhamos nos articulado com escolas das redondezas do campus, devido à greve de professores da rede estadual de ensino no Estado em que a instituição está sediada e firmamos parcerias com uma escola estadual num município próximo de onde está localizada a Universidade de vinculação do curso, além das duas entidades (IPEL e Rede Jovens + Pará) e dos sindicatos que cederam espaço para algumas das programações.

O projeto também propiciou ao Grupo de pesquisa entrar em contato com ativistas participantes de movimentos sociais, tornando possível a troca de experiências e saberes em momentos pautados por um pensamento crítico em que os pesquisadores envolvidos

ensinaram e aprenderam sobre respeito e diversidade com aqueles que antes não frequentavam o espaço da UFPA.

Desta forma, o CINE EDH: Educando em direitos humanos atuou em consonância com o estabelecido no “II Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras”, em atendimento à efetivação do compromisso social da universidade, que de acordo com Nogueira (2000, p. 19) “é inserir-se nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, da igualdade e desenvolvimento social, notadamente resgatando a cidadania como valor norteador da práxis universitária e priorizando as atividades direcionadas à luta contra a dependência econômica, cultural e política.” Desta feita, a ação aqui realizada também se coaduna com os marcos referenciais da própria Universidade analisada, fazendo referência à sua missão institucional como universidade pública situada na Amazônia, caracterizada como uma região marcada historicamente por conflitos advindos da violação de direitos humanos.

CONCLUSÃO

O principal objetivo do trabalho – discutir a temática dos Direitos Humanos e da Educação em Direitos no PPC do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará – foi alcançado. O CINE EDH cumpriu sua tarefa de ampliar os espaços de discussão acerca dos Direitos Humanos na universidade.

Por fim, cabe destacar a sustentabilidade do projeto resultante da parceria com as duas entidades da sociedade civil organizada (IPEL e Rede Jovens + Pará) que trabalharam conjuntamente com o Grupo de pesquisa, o que permitiu que a metodologia aplicada no projeto – discussão temática prévia, exibição do curta, debate orientado pelo material produzido por nós – fosse reproduzida por tais entidades em novas ações.

Nesses dois anos de realizações, o CINE EDH operou como um espaço de discussão e propagação da temática da educação em Direitos Humanos na Universidade realizando o elo entre universidade e sociedade caracterizando a proposta extensionista. Há certamente muito ainda a ser feito neste país que guarda em sua origem as lógicas incertas e escabrosas, difundidas ao longo de séculos de história e causando a supressão de direitos essenciais ao bem-estar de sua população. Nesse sentido, o projeto incentivou o conhecimento e o debate como ferramentas necessárias para que o campo social se torne mais propenso a discutir a temática dos Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

- LUDKE, Menga. O professor, seu saber e sua pesquisa. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 22, n. 74, p. 77-96, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 jul. 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acesso em 15 mar. 2015
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&Itemid=30192> Acesso em 16 jan. 2015.
- BUCCI, Eugênio. A crítica de televisão. In: BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. **Videologias: ensaios sobre televisão**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- CADEADO, O. Direção: Leon Sampaio. Produção: Izadora Chagas. 12 min., color., 2012. Disponível em: <http://portacurtas.org.br/filme/?name=o_cadeado> Acesso em: 03 set. 2015.
- DUARTE, Rosália. **Cinema & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- FÁBRICA, A. Direção: Aly Muritiba. Produção: Andre Moreira, Hélio Villela Nunes, RPC. 15 min., color., 2011. Disponível em: <http://portacurtas.org.br/filme/?name=a_fabrica> Acesso em: 03 set. 2015.
- NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, 2000.
- NOVEMBRADA. Direção: Eduardo Paredes. Produção: Márcia Manfro. 20min, color., 1998. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8QyKS6ZTIZg>> Acesso em: 10 ago. 2015.
- NUNES, Ana Lucia de Paula Ferreira; SILVA, Maria Batista da Cruz. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. In: **Mal-estar e Sociedade**, v. 4, n. 7 (2011). Disponível em: <<http://www.uemg.br/openjournal/index.php/malestar/article/view/60>>. Acesso em: 16 fev. 2016.
- OLHO de Boi. Direção: Diego Lisboa. Produção: Sheila Gomes. 17min. 30, color., 2011. Disponível em: <<https://vimeo.com/62183049>> Acesso em: 14 fev. 2016.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (1948). Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf> Acesso em 05 mai. 2015.

PACOTE, O. Direção: Rafael Aidar. Produção: Beatriz Carvalho. 18 min, color., 2013.

PEQUENO Anjo da Colômbia, O (1ª parte). Direção: Tony Comití. Distribuição: Sinapse. 27min25, color., dublado, s.d.. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=K9cthjImQFU>> Acesso em: 20 mar. 2015.

POZZER, Adecir. **A Formação de Professores em e para Direitos Humanos: Desafios frente à filosofia de Lévinas**. 2012. Trabalho apresentado ao IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Caxias do Sul. 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/337/857>

QUE HORAS ela volta? Direção: Anna Muylaert. Produção: [Fabiano Gullane](#), [Caio Gullane](#), [Débora Ivanov](#), [Anna Muylaert](#). 1h46min., color., 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W6QwrhFt8kU> Acesso em: 08 mar. 2016.

REQUÍLIA. Direção: Renata Diniz. Produção: Viça Saraiva. 16min, color. 2013. Disponível em <<https://vimeo.com/77075454>> Acesso em: 08 mar. 2015.

SANTOS, Émina. **Educação em Direitos Humanos e formação de professores : a presença da temática no curso de Pedagogia da UFPA**. (relatório de projeto de pesquisa). Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará; Belém. 2015.

TELEVISÃO e Direitos Humanos. Direção: Bernardo Brant. Produção: Paula Kimo. 13min45, color., s.d.. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=m-d9BEaGM2s>> Acesso em: 14 mar. 2015.

VESTIDO de Laerte. Direção: Claudia Priscilla, Pedro Marques. Produção: Jurandir Müller, Kiko Goifman. 12min.42, color., 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nIGEAbMCCOw>> Acesso em: 07 jan. 2016

VOZES Inocentes. Direção: Luis Mandoki. Produção: Lawrence Bender. Distribuição: Fox Film do Brasil. 1h44min, color., dublado, 2005. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ygUgVwhUA7E>> Acesso em: 10 mar. 2015.

